

Análise do Teor de Cloro Ativo em Águas Sanitárias Artesanais Vendidas em Feiras Livres da Cidade de Belém-Pará.

Jaqueline S. Santos¹ (IC)*, Danilo G. Costa¹ (IC), Altem N. Pontes¹ (PQ), Maria Dulcimar de B. Silva¹ (PQ), Afonso S. Mendes² (PQ). *jaqueline.dss@hotmail.com

¹ Universidade do Estado do Pará (UEPA), Departamento de Ciências Naturais, Belém-PA;

² Universidade Federal do Pará (UFPA), Departamento de Química, Belém-PA.

Palavras Chave: Água Sanitária, Cloro Ativo, Mercado Informal.

Introdução

O Ministério da Saúde, por meio do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, ligado à Fundação Oswaldo Cruz, divulgou, em 2009, que foram registrados 77.458 casos de intoxicação humana no Brasil. Destes, 12,38% foram causados por produtos saneantes destinados a uso domiciliar, sendo 35,54% das vítimas crianças de até 14 anos. Um destes saneantes, a água sanitária, é um produto muito consumido pela população, independente de sua situação socioeconômica. Porém, seu uso inadequado pode causar grandes problemas ao consumidor. Assim, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou um regulamento técnico (RDC 55/2009), onde estabelece requisitos mínimos para o registro do produto. Um destes requisitos é que a água sanitária deve apresentar um teor mínimo de Cloro Ativo de 2,0% p/p e máximo de 2,5% p/p, e todos os laudos exigidos para o registro devem ser emitidos por Laboratórios Oficiais. Contudo, segundo estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 2001, a estimativa do mercado informal de água sanitária era de 42,1 % no Mercado Nacional, sendo produzido por ano mais de 555 mil toneladas deste produto, que são fabricados sem nenhum controle de qualidade, representando graves riscos à saúde do consumidor. Assim, o presente trabalho teve como objetivo a realização de um estudo sobre a qualidade da água sanitária vendida no mercado informal de Belém.

Resultados e Discussão

Para a realização do trabalho, foram analisadas amostras de água sanitária coletadas em Feiras Livres da Cidade de Belém-PA, nos bairros do Guamá, Terra Firme e Telégrafo. As análises de teor de Cloro Ativo presente nas amostras foram realizadas pelo método de Iodometria. Os valores obtidos apresentam um teor de Cloro Ativo abaixo do mínimo permitido pela ANVISA, mostrando a impotência do poder bactericida do produto, como mostra a tabela 1.

Tabela 1. Média da concentração de Teor de Cloro Ativo obtidos nas amostras de águas sanitárias artesanais.

BAIRRO	% p/p
Guamá	1,44476
Terra Firme	0,42420
Telégrafo	0,77144

A população faz uso de água sanitária produzida de forma artesanal, pois acredita ser esta mais econômica. Contudo, segundo o INMETRO, o produto com uma quantidade de cloro ativo menor do que o definido pela legislação é praticamente água comum, e de acordo com os resultados apresentados na tabela acima, o consumidor com a intenção de economizar, acaba sendo enganado com o uso do produto, levando-se em consideração que não haverá resultados satisfatórios com a utilização desse saneante, então, ao invés do consumidor economizar, ele terá prejuízos. Esses produtos também são embalados de forma inadequada, possibilitando a fácil ingestão por crianças acarretando sérios riscos à saúde, dificultando ainda o diagnóstico e tratamento em casos de emergência já que não contêm sequer um rótulo para identificação da empresa fabricante, assim como não informam a composição do produto nem as providências que devem ser tomadas em caso de intoxicação, deixando o consumidor sem orientações de como proceder em casos de acidentes.

Conclusões

Apesar do menor custo, o benefício que este tipo de produto pode trazer para a população é ineficaz, a falta de rotulagem e outros informes de segurança acarretam ainda grandes perigos, podendo fazer vítimas fatais, tanto pela ingestão ou até mesmo o contato com substâncias desconhecidas presentes nestes produtos.

¹ ANVISA. RDC Nº 55, de 10 de Novembro de 2009. 2009.

² ABIPLA. Produtos Clandestinos. FIPE. 2001.

³ INMETRO. Informação ao Consumidor. Água Sanitária. 2004.

⁴ SINITOX. Casos Registrados de Intoxicação Humana por Agente Tóxico. Brasil, 2009.